



CÂMARA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE GESTÃO (CTGC)
Ata da I reunião, realizada em 19 de novembro de 2010

1 Em 19 de novembro de 2010, reuniu-se a Câmara Técnica de Acompanhamento de
2 Contratos de Gestão (CTCG) do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH), na
3 sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
4 (SEMAD), em Belo Horizonte. Participaram os seguintes membros titulares e suplentes:
5 Guilherme de Oliveira Mendes e Nélida Mara de Menezes / Maurício de Faria Soares –
6 representantes do poder público estadual; Júlio César Reis – representante do poder
7 público municipal; Jaqueline Gurgel Mascarenhas / Maria de Lourdes Pereira dos Santos
8 e Rander Abrão Tostes – representantes dos usuários de recursos hídricos; Antônio
9 Thomas Gonzaga Mata Machado / Márcio Tadeu Pedrosa – representantes de entidades
10 da sociedade civil ligadas aos recursos hídricos. Assuntos em pauta. **1) ABERTURA E**
11 **VERIFICAÇÃO DE QUORUM.** Declarada aberta a 1ª reunião da Câmara Técnica de
12 Acompanhamento de Contratos de Gestão. **2) CERIMÔNIA DE POSSE DOS**
13 **CONSELHEIROS.** A diretora Geral do IGAM, Cleide Izabel Pedrosa de Melo, fez a
14 leitura do Termo de Compromisso e Posse e em seguida os conselheiros titulares e
15 suplentes presentes nesta sessão tomaram posse na Câmara Técnica de
16 Acompanhamento de Contratos de Gestão. Após a execução do Hino Nacional
17 Brasileiro, a diretora Geral do IGAM registrou agradecimentos aos membros da Câmara
18 e destacou o comprometimento dos conselheiros como fundamental para a gestão de
19 recursos hídricos no Estado. “Outro ponto importante é que é um momento muito feliz,
20 porque significa realmente o início de um processo que foi muito trabalhoso, muito
21 difícil, e que dependeu muito também da participação de cada uma das pessoas
22 envolvidas no próprio processo de elaboração e em todos os passos, desde o plano
23 diretor e de todas as etapas que foram passadas, mobilização, metodologia, até a própria
24 discussão dos segmentos dentro do comitê. Então isso culmina a partir de um trabalho
25 que foi muito difícil, mas que representa uma conquista muito grande. Então eu queria
26 parabenizar a todos e a todas e desde já agradecer essa disponibilidade. Acho que vamos
27 ter bastante trabalho, já estamos com a bacia do Doce falando da cobrança, estamos com
28 a calha do São Francisco iniciando a cobrança, já temos os planos de vários comitês.
29 Então é um processo que a sociedade já entendeu, acho que as maiores resistências
30 foram vencidas e esta Câmara terá um papel relevante nesse andamento. Queria só
31 agradecer a todos e desejar muito sucesso.” **3) ELEIÇÃO DO PRESIDENTE DA**
32 **CÂMARA.** O conselheiro Rander Abrão Tostes, representante dos usuários de recursos
33 hídricos, foi escolhido por consenso entre os membros e eleito, por aclamação,
34 presidente da Câmara Técnica de Acompanhamento de Contratos de Gestão. **4)**
35 **ABERTURA DOS TRABALHOS PELO PRESIDENTE DA CTCG.** Após a eleição,

36 o presidente Rander Abrão Tostes declarou abertos os trabalhos da CTCG e solicitou
37 informações sobre procedimentos visando à realização da próxima reunião. O procurador
38 do IGAM, Breno Esteves Lasmar, informou que está sendo agendada uma reunião com
39 todas as entidades equiparadas para tratar sobre contrato de gestão e a resolução
40 conjunta 1.044, que dita a regra de gasto dos recursos da cobrança pelo uso de recursos
41 hídricos, procedimentos de contratação, aquisições e prestação de contas, com a
42 participação da Comissão de Fiscalização, podendo ser realizada também com a
43 participação da CTCG. **5) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS. Cobrança pelo**
44 **uso de recursos hídricos no Estado de Minas Gerais. Conselheira Maria de Lourdes**
45 **Pereira dos Santos**: “Sendo eu membro do Conselho de Administração da AGB e tendo
46 discutido a questão da cobrança na bacia do Velhas, como cidadã de Belo Horizonte,
47 tenho pontuado uma coisa, que me parece importante: o repasse ao consumidor final da
48 cobrança que a Copasa está fazendo. Eu moro em casa, e a maioria que mora em
49 apartamento não vê a conta. Eu vejo a conta, e isso me chamou a atenção em dois meses.
50 Este é o terceiro mês em que aparece a cobrança pelo uso da água na conta da Copasa,
51 mas me pareceu mais estranho ainda porque, primeiro, eu tive informação de que isso
52 não iria mais ser cobrado dessa forma e haveria, talvez, um aumento de tarifa. Aí já é
53 outro assunto. Mas agora o que me chamou a atenção é que a cobrança aumentou do mês
54 passado para agora. Para mim, é irrisório, para cada cidadão, mas, somando milhões de
55 habitantes, não é. Por exemplo, eu pagava R\$ 0,58 e passei a R\$ 0,70, para a água. Para
56 esgoto, na mesma ordem, R\$ 0,15 a mais. Quer dizer, esse repasse está acontecendo.
57 Dentro da própria AGB eu vou pedir para esclarecer, porque, inclusive, essa distinção
58 entre cobrança pelo uso da água e cobrança pelo uso de esgoto, eu gostaria de saber
59 como está sendo calculada. Mas de qualquer maneira o que me chama a atenção é o
60 repasse de 100%. Se é para repassar, tudo bem, não estou contestando isso. O que quero
61 saber, como cidadã, é se esse repasse está combinado mesmo, porque senão o setor de
62 saneamento não está pagando. E nós estamos pagando duas vezes, porque estamos
63 pagando as perdas. É um informe, existem algumas coisas em torno desse assunto que
64 precisam ser esclarecidas, debatidas.” **Cleide Izabel Pedrosa de Melo, diretora Geral**
65 **do IGAM**: “A Copasa realmente tem repassado, mas eu gostaria de fazer uma referência
66 de que a Agência Reguladora de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário já tem
67 propostas de que esse pagamento vá para o custo geral da Copasa e seja rateado não ali,
68 exclusivamente, mas de uma forma mais ampla, até para não gerar alguma resistência em
69 uma bacia, a que tem a cobrança, em detrimento de outra. A Copasa atua em várias
70 bacias e, de repente, a conta final do usuário da bacia do Velhas está diferente da conta
71 do Paraopeba, diferente da conta do Doce. Então a própria agência já está querendo
72 interferir para que a cobrança não seja repassada dessa forma, que ela seja inserida nos
73 insumos da empresa, no custo da empresa, e não separadamente para ser rateada. No
74 custo, pode ser rateada por todos os usuários, mas não pelos usuários específicos. Acho
75 interessante que a agência já antecipou uma preocupação, até para viabilizar a cobrança
76 de uma forma mais tranquila perante a opinião pública. Agora essa questão dos cenários,
77 estamos numa fase de debates, então, o comitê tem uma característica que é de todos os

78 segmentos sentarem, conversarem e chegaram a um acordo. É por isso que existem os
79 comitês. Isso não vai ser imposto, não vai ser obrigatório, mas cada um dos segmentos
80 também tem que entender que a cobrança não pode ser simbólica e não vale para nada; a
81 cobrança tem que fazer face a algumas questões para realmente significar melhoria na
82 bacia. Se não significar nada, às vezes, é mais barato não cobrar. Pelo próprio custo, pela
83 mobilização e pelo tempo envolvido, eu acho que tem que ter realmente um valor que
84 compense você implementar a cobrança. Se ela ficar só simbólica e no final vai fazer as
85 contas do que você gasta para manter a cobrança e o que você realmente está utilizando,
86 eu acho que não tem sentido. Temos que refletir que ela é importante do ponto de vista
87 do uso racional, do ponto de vista de fazer com que a pessoa enxergue que a água tem
88 um valor econômico, mas ela tem que fazer face também. Que não seja os 100%, que eu
89 acho que é um valor muito grande, mas ela tem que fazer face a um pouco mais do que
90 simplesmente falar que existe a cobrança. Então queria só colocar isso como uma
91 reflexão também.” **Conselheiro Antônio Thomas Gonzaga Mata Machado**: “Isso é um
92 problema da legislação. A legislação não previu isso, ela estabeleceu como diretriz, tanto
93 a lei federal quanto a lei estadual, que a cobrança pelo uso da água é para racionalizar o
94 uso etc. Não é imposto, e todo aquele discurso. Mas, na prática, se você transfere para a
95 tarifa, muito indiretamente você vai ser pressionado. Na verdade, para diminuir perda e
96 para incentivar investir, vamos dizer assim, limpar efluentes. Essa discussão paira sob
97 esse debate desde o início. É interessante, por outro lado, porque o setor de saneamento
98 ficou com a maior parte, são eles que vão pagar, e eles estão pagando a conta, pelo
99 menos por enquanto. Então ninguém enfrentou muito, todo mundo cedeu, todo mundo
100 ganhou alguma coisa, e eles ganharam isso. Essa é uma discussão que temos de fazer,
101 acho que com a agência e a Copasa talvez tenha um papel importante nisso, mas é uma
102 coisa de legislação, porque a lei deixou isso aberto mesmo.” **Conselheiro Márcio**
103 **Tadeu Pedrosa**: “Como Abes, sabíamos, há dez anos atrás, que a cobrança estava
104 chegando, e vínhamos falando disso já há muito tempo. Quando ela chegou, realmente,
105 agora entra um debate, porque ficamos falando para a gente mesmo, porque não chegou
106 na sociedade em geral que todo mundo ia começar a pagar. Ficamos falando durante dez
107 anos para nós mesmos que o cidadão ia pagar. E agora, todo mundo vendo, na sua conta,
108 que está pagando, quer saber. Eu, como Abes, vejo por esse prisma, porque nós, dentro
109 desse debate há tantos anos, construímos isso, mas nós falamos para nós mesmos. Já tive
110 a oportunidade de conversar com a agência, com a AGB Peixe Vivo, que essa questão é
111 intrínseca e dizer para a sociedade como vai ser isso. Por outro lado, no caso de São
112 Paulo, já tem uma capacidade de angariar recursos muito maior. Minas não deve ter
113 tanto, ali o Sul, acesso aos recursos. Mas no caso dessa que está criada, a AGB, ela tem
114 um recurso com que não vai conseguir gerar grandes obras. O recurso é pequeno, pelo
115 tanto que tem que fazer. Então esse cuidado, talvez, dentro do nosso debate, temos que
116 até auxiliar a AGB nisso, como ela vai dizer para a sociedade: ‘Estou buscando o
117 dinheiro de vocês, mas estou usando assim, assim.’ ‘Mas vocês não melhoraram, não
118 fizeram uma estação de tratamento de esgoto para a cidade tal; o município tal está sem
119 água tratada, não tem aterro sanitário.’ Poluição agrícola, não tem nenhum debate sobre

120 isso; contenção de erosão... Não tem dinheiro para isso. Ela tem que criar condições com
121 esse dinheiro, talvez, de ter bons projetos, fazer treinamento e capacitação para ter bons
122 projetos. Pelo menos para isso, porque não tem recurso. Então é muito delicada essa
123 questão, porque aí já é como a sociedade como um todo, que vai pagar e vai começar a
124 observar que está pagando, quer ter o resultado. Eu entendo que nos próximos dois ou
125 três anos serão um momento em que teremos que pensar nisso, porque é natural.”

126 **Guilherme Simões Neves, conselheiro do Plenário do CERH:** “Estou vendo a questão
127 da cobrança, que é um fato novo perante a sociedade e da administração pública. E estou
128 pensando se tivesse um critério em cada vale para aqueles moradores. Não importa se a
129 cidade é contribuinte ou não, se está num vale está à mercê desse desenvolvimento. É
130 claro que determinados municípios terão muito mais dificuldades de apresentar projetos,
131 principalmente, no tempo hábil, mas é uma forma também de cobrar daquela
132 administração projetos realmente sustentáveis. Não cumprido o prazo, vamos ver quem
133 terá a eficiência para aplicar. Eu acho que seria um critério para aplicação desse recurso,
134 todos tratados em igualdade de condições, mesmo que aquele município não tenha
135 tratamento de esgoto, pois o cidadão não é o culpado por não ter.” **Divulgação dos**
136 **resultados do primeiro ano de implementação da cobrança pelo uso de recursos**
137 **hídricos.** **O procurador do IGAM, Breno Esteves Lasmar,** sugeriu à Câmara propor ao
138 Conselho Estadual de Recursos Hídricos a realização de uma campanha para apresentar
139 à sociedade os resultados da implementação da cobrança pelo uso de recursos hídricos.
140 “Atingiríamos dois momentos. Primeiro, uma oportunidade de levar ao conhecimento
141 social o instrumento de gestão, sobre a política e o instrumento. E o segundo é sobre a
142 implementação e quais são os resultados imediatos, com relação à conscientização de
143 uso, campanhas de redução de perdas e algumas coisas neste sentido, que possam fazer
144 com que a sociedade também se sinta confortável em pagar essa conta, mas que ela saiba
145 que tem uma resposta.” **O presidente Rander Abrão Tostes** endossou a proposta e
146 submeteu aos demais conselheiros. E houve consenso na CTCG, nos termos relatados
147 pelo procurador do IGAM: “A partir do primeiro ano de implementação da cobrança,
148 fazer o levantamento, a partir da avaliação do contrato de gestão; e avaliar os indicadores
149 de comunicação que existem no contrato de gestão, ver quais foram os impactos na
150 sociedade e os resultados que já estão sendo observados, para serem levados ao
151 Conselho como uma apresentação. E podemos usar como marco a Semana da Água,
152 sugerir para inserir na pauta da Semana da Água a apresentação dos resultados do
153 primeiro ano de implementação da cobrança. Trazer à Câmara para avaliar, inclusive, a
154 possibilidade de sugerir a inclusão na Semana da Água.” **6) APRESENTAÇÃO E**
155 **QUALIFICAÇÃO AOS CONSELHEIROS SOBRE CONTRATO DE GESTÃO.**
156 Fernanda Maia Oliveira, da Gerência de Cobrança pelo Uso da Água, do IGAM, fez
157 apresentação à CTCG sobre contrato de gestão, regulamentação da Câmara Técnica, suas
158 atribuições e competências, e em seguida foram esclarecidos pontos levantados pelo
159 plenário. A conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos propôs ao IGAM elaborar
160 uma apresentação destacando, mais especificamente, quais são as atribuições e
161 obrigações do Conselho Fiscal, das agências de bacias, do IGAM, da CTCG e dos

162 comitês de bacias, relacionadas ao contrato de gestão. O procurador Breno Esteves
163 Lasmar acatou a proposta da conselheira e informou que será feito “um levantamento do
164 papel de cada um dentro do contrato de gestão” e destacou ainda o envolvimento da
165 Comissão Interna, da auditoria, da Gerência de Cobrança pelo Uso da Água e do próprio
166 Conselho Estadual de Recursos Hídricos. **7) ASSUNTOS GERAIS.** Não houve
167 manifestações. **ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, o
168 presidente Rander Abrão Tostes declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.
169

170 **APROVAÇÃO DA ATA**
171

172
173 **Presidente Rander Abrão Tostes**
174

175
176 **Guilherme de Oliveira Mendes**
177

178
179 **Nélida Mara de Menezes**
180

181
182 **Maurício de Faria Soares**
183

184
185 **Júlio César Reis**
186

187
188 **Jaqueline Gurgel Mascarenhas**
189

190
191 **Maria de Lourdes Pereira dos Santos**
192

193
194 **Antônio Thomas Gonzaga Mata Machado**
195

196
197 **Márcio Tadeu Pedrosa**